

“PÁTRIA OU MORTE”: a revolução cubana e a crise dos anos 1990

Julian Araujo BRITO¹

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar as condições da sobrevivência do regime político cubano a partir do fim da guerra fria, durante o chamado “Período Especial”. O desmoronamento do campo socialista entre 1989 e 1991 certamente representou uma inflexão nos rumos da Revolução Cubana e precipitou uma crise econômica de grandes proporções, colocando em risco a própria continuidade do regime revolucionário. No entanto, este pôde sobreviver, sob as mais difíceis condições internas e externas - apesar dos frequentes prognósticos contrários – ao seu momento mais delicado desde sua origem em 1959. Ainda que um plano de reformas econômicas, e em menor medida políticas, fosse considerado, os fatores que explicaram esta sobrevivência estariam ligados ao apelo nacionalista do regime cubano, como fonte de legitimação política frente à crise do socialismo, juntamente com a defesa das conquistas sociais alcançadas ao longo de 30 anos do regime revolucionário.

Palavras chave: Cuba. Revolução. Socialismo. Nacionalismo. Regime Político.

“NATION OR DEATH”: the Cuban Revolution and the 1990’s crisis.

Abstract: This article aims to analyze the survival conditions of the Cuban political regime from the end of the cold war, during the “Special Period”. The breakdown of the socialist bloc between 1989 and 1991 certainly represented an important change of direction for the Cuban Revolution and generated an economic crisis of great proportions, which put at risk the very permanence of the revolutionary regime. However, it was allowed to survive - despite the difficult inner and outer conditions and the frequent contrary predictions – to its most delicate moment since the origin in 1959. Although there was a plan for economic reforms and policies to a lesser extent, the survival of the regime was bounded to its nationalistic appeal, what was the political legitimacy before the socialism

¹ Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista - Unesp (Faculdade de Ciências e Letras - FCL – Campus de Araraquara). E-mail: julian_araujo9@hotmail.com.

crisis, as well as the defense of the social achievements of the 30 years of the revolutionary regime.

Keywords: Cuba. Revolution. Socialism. Nationalism. Political Regime.

A Revolução Cubana no contexto dos anos 1990

O início dos anos 90 inaugurou um novo momento na história da revolução cubana, que foi obrigada a fazer frente à maior crise econômica desde seu triunfo em 1959. Integrante do bloco socialista durante grande parte da guerra fria, o desaparecimento da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) e das repúblicas socialistas do Leste Europeu abriu para a ilha caribenha um momento de extremas incertezas, uma vez que o marco de sua integração econômica e política haviam se desmoronado. A situação de isolamento devido à extinção dos aliados internacionais e da hostilidade norte-americana agravou ainda mais a vulnerabilidade do Estado cubano que, além disso, permanecia sob ameaça de invasão externa (BANDEIRA, 2009). Com isto, iniciaram-se os anos de penúria do “período especial”², fruto da crise econômica em que o país foi mergulhado no início dos anos 90, colocando em dúvida a capacidade do governo cubano frente a uma nova conjuntura mundial especialmente adversa, e inclusive a própria continuidade do seu regime social e político

Ao mesmo tempo Cuba assistiu ao recrudescimento da agressiva política exterior dos EUA (Estados Unidos). Segundo Ayerbe (2004), a postura dos EUA frente a Cuba no pós- guerra fria se deu no sentido oposto ao do resto do mundo. Os governos de George Bush (1989-1992) e Bill Clinton (1993-2000) radicalizaram o bloqueio econômico a Cuba, com base na percepção de que o regime liderado por Fidel Castro sem o apoio da ex-URSS, entraria em colapso mais cedo ou mais tarde³. Em outras palavras, Chomsky (1992) explicaria a tática norte-americana para Cuba a partir da saída de cena da URSS:

² *‘Periodo Especial en Tiempos de Paz’* é a expressão utilizada pelo governo cubano para designar o novo momento após a queda do muro de Berlim e a desapareição do Bloco Socialista a partir de 1990. Inaugurou um período de extremas dificuldades econômicas.

³ Expressiva desta política foi a aprovação de duas leis nos EUA: Lei da Democracia Cubana em 1992 (conhecida como Lei Torricelli) e a Lei para a Liberdade e Solidariedade Democrática Cubana em 1996 (conhecida como Lei Helms-Burton). Possuem a explícita tarefa de causar dificuldades econômicas em Cuba e estimular uma transição do atual regime.

Eles (formuladores da política externa norte-americana) supõem que, com a política de estrangulamento, a situação em Cuba piorará severamente. E na medida em que a situação se deteriore, haverá naturalmente protestos que por sua vez provocarão repressão. As atividades do aparato repressivo serão cada vez mais rigorosas, devido aos crescentes efeitos da política de estrangulamento, e então teremos o círculo natural de: mais repressão, mais dissidência e talvez violência. Exilados cubanos desembarcarão, causarão mais problemas e algum momento os EUA poderiam invadir. Os EUA não invadirão Cuba enquanto temam que haja resistência armada (CHOMSKY, 1992).

Nesta conjuntura, as poucas alternativas para Cuba pareciam estar entre reformar seu sistema – que em grande medida era identificado com o modelo socialista soviético - ou aceitar uma transição neoliberal radical de acordo com a tendência dominante nas ex-repúblicas socialistas do leste europeu e na América Latina (PICKEL, 1998). Diante deste cenário, prevalecendo a opção pela reforma do sistema, consequentemente, a liderança da Revolução seria forçada a implementar uma série de reestruturações e concessões com vistas a salvar o regime revolucionário, sua orientação socialista e livrar a economia cubana da beira do colapso. Por outro lado, para os setores mais conservadores norte-americanos parecia claro que o governo de Fidel Castro estava com os dias contados, em função da derrocada de sua principal aliada (a URSS) e do aumento das pressões dos EUA, esperando um desfecho semelhante ao desmoronamento dos regimes socialistas na Europa no período de 1989-1991.

Na contracorrente das transformações neoliberalizantes em curso na grande parte da América Latina e do leste europeu, a maioria dos cubanos optou por resistir e preservar, dentro do possível, os principais elementos do seu sistema social e político, e ademais modificar pontualmente os aspectos mais críticos da economia (foi o que, de fato, deu a entender o amplo debate realizado em torno do IV Congresso do Partido Comunista de Cuba [PCC] em 1991). Certamente o desafio era grande e extremamente difícil, já que seu modelo socialista profundamente influenciado e dependente da URSS não poderia continuar existindo sem o “Campo Socialista”. O receituário neoliberal, por outro lado, – em marcha e radicalizado no Leste Europeu – havia sido descartado pelo governo cubano não só por razões ideológicas, mas também em vista dos pesados custos sociais da transição naqueles países (PICKEL, 1998). Portanto, o desafio do governo era reformar o sistema, manter as conquistas sociais

da Revolução⁴, reintegrar-se a uma nova ordem mundial e assegurar a independência e soberania nacional diante da pretensão do governo dos EUA de realizar uma transição do regime.

Isto posto, as reformas teriam, inicialmente, caráter mais específico e incidiriam apenas nos aspectos mais críticos conforme resolução do IV Congresso do PCC. Nestes parâmetros, o amplo debate que culminou no Congresso não colocou em discussão a hegemonia da propriedade coletiva (estatal), a exclusividade do PCC como instituição dirigente do Estado e da sociedade e muito menos a liderança de Fidel Castro (STABLE, 1998). Não obstante, a liderança cubana tinha consciência de que mudanças eram urgentes na economia e necessárias na política, uma vez que a rigidez do seu modelo, copiado em grande parte do regime soviético, tornara-se insustentável frente aos novos tempos. Ainda que o governo tenha adotado uma política de distribuição equitativa dos custos da crise, implementada por meio do racionamento e política social, a deterioração da economia cubana atingiu níveis gravíssimos nos primeiros anos da década de 90, a retração do PIB entre 1989 e 1993 chegou a 35% (CANO, 2000). Como consequência, a depressão acabou por gerar toda espécie de carência na vida cotidiana da população, exigindo enormes sacrifícios para a sobrevivência.

Com o desaparecimento do “campo socialista”, ficou evidente o alto grau de dependência de importações da economia cubana junto ao CAME⁵ (Conselho de Ajuda Econômica Mutua) e à URSS, desencadeando em Cuba uma crise de abastecimento de grandes proporções. Na imprensa estrangeira, não foram poucos os que se apressaram em prognosticar a implosão iminente do regime cubano naquelas circunstâncias de caos econômico e perda de apoio internacional. Em Miami, a comunidade dos exilados cubano-americanos expressava o triunfo capitalista, aguardando o momento final da “ditadura comunista de Castro” para voltar e retomar as suas possessões. Entretanto, aqueles prognósticos não se confirmaram e os cubano-americanos tampouco retornaram a Cuba. Em outras palavras, Domingues (2008) destaca que há autores que consideram que se houver uma excepcionalidade cubana, “ela passaria pelo incompreensível

⁴ Especialmente a significativa elevação da expectativa de vida; drástica redução da mortalidade infantil; avanços na medicina cujo acesso é universal e gratuito (controle de ‘doenças típicas do subdesenvolvimento’, alto número de médicos por habitante); avanços na educação, cujo acesso também é universal e gratuito (erradicação do analfabetismo, elevados índices de escolarização nos diferentes níveis de ensino).

⁵ Também conhecido como COMECON (Council for Mutual Economic Assistance), criado em 1949 pela então URSS como mecanismo de integração econômica dos países socialistas. Foi extinto em 1990.

fato de não ter havido no país uma transição como a que se seguiu à derrocada do mundo soviético no leste europeu (DOMINGUES, 2008, p.19). O que se acentua se considerarmos as pressões dos EUA por mudanças em Cuba.

Embora a Revolução tenha perdido significativas parcelas do seu apoio em função destes anos de penúria (DILLA, 2007), isto não desencadeou movimentos disruptivos capazes de colocar em perigo a ordem política, e tampouco gerou uma ruptura terminal do consenso acerca da continuidade do regime. A partir deste quadro, o artigo visa analisar e apontar possíveis respostas à seguinte questão: como foi possível que Cuba sobrevivesse a este momento, sem que isto representasse a desagregação do regime político inaugurado pela revolução? Ou seja, como explicar a permanência do regime cubano frente a uma duríssima conjuntura, em nome de uma proclamada resistência? Em suma, analisaremos algumas razões pelas quais, de acordo com o politólogo cubano Hernandez (1999), uma intensa crise econômica não evoluiu para uma crise política aberta. Desta forma, para além das reformas realizadas, apontaremos alguns aspectos do elemento central de legitimação política, que pode ter contribuído para a manutenção do governo de Fidel Castro durante os anos 90, isto é: o consenso nacionalista, que em certa medida, relaciona-se com a defesa das conquistas históricas (sociais) da Revolução.

Os impactos do colapso do “campo socialista” e as reformas em Cuba

Do ponto de vista interno, ainda em meados da década de 80, a economia cubana começou a perder dinamismo, dando mostras de esgotamento do modelo econômico de crescimento extensivo que se havia implementado até então. A persistência de erros e contradições do modelo econômico era visível e em grande parte apresentava os mesmos problemas do socialismo no leste europeu. A partir deste diagnóstico, foram detectados graves erros no setor produtivo: gasto excessivo, desperdício dos recursos que já eram escassos e um burocratismo agudo que tomava as estruturas organizativas. Neste quadro, vieram à tona os problemas de uma organização produtiva fortemente estatizada, e que estava gerando práticas de corrupção, pagamentos por serviços não realizados, vantagens e privilégios para alguns setores que atuavam mediante favorecimentos (CARRANZA, 1990). Para combatê-los, porém, o governo cubano rechaçou uma abertura ao estilo *Glasnost* e *Perestroika* que havia iniciado na URSS.

Em 1986, Fidel Castro lançou o “Processo de Retificação de Erros e Tendências Negativas”, criticando a incorporação desmedida dos paradigmas soviéticos, e conclamando um retorno às raízes voluntaristas da fase inicial da Revolução, inspirada na visão de Che Guevara. Por outro lado, em 1989, a Revolução enfrentaria, segundo Gott (2006), a sua crise interna mais séria em 30 anos desencadeada pelo Caso Ochoa ⁶, provocando rumores e especulações em torno dos processos judiciais que terminaram na execução do general.

A conjuntura política internacional do final dos anos 80 já dava indícios de que os anos que viriam pela frente seriam no mínimo muito difíceis para Cuba. Gott (2006) ilustra bem este momento destacando três acontecimentos: a expulsão do poder de Nicolae Ceausescu por uma manifestação popular na Romênia (1989); a invasão norte-americana do Panamá que depôs o governo do general Noriega (1989); e por fim, a derrota dos Sandinistas nas eleições na Nicarágua que levou ao desaparecimento imediato da Revolução Sandinista (1990). Em meio a uma conjuntura política preocupante, o historiador questiona se algum destes desfechos poderia se abater sobre Cuba. Para piorar, o colapso e a desintegração da URSS em 1991 deixariam Cuba sem o seu principal aliado político, econômico e militar acentuando, pois, a vulnerabilidade externa diante das posições hostis dos EUA, agora como única superpotência global (CHOMSKY, 1992).

O choque externo sofrido pela economia cubana foi causado pela rápida derrocada do campo socialista ao qual Cuba pertenceu desde início dos anos 60. Sua integração formal ao CAME data de 1972. Isto acabou gerando demasiado atrelamento do seu desenvolvimento econômico aos recursos materiais e financeiros dos países do antigo Leste Europeu, inegavelmente configurando uma dependência externa que resultou em consequências muito difíceis para Cuba. No desastre do setor externo, a economia cubana evidenciou a dependência de variada pauta de importações, assistiu a retirada dos subsídios provenientes da URSS e perdeu o intercâmbio favorável junto ao Bloco Socialista – de onde provinha a maior parte da tecnologia (já obsoleta) e dos insumos sob os quais amparava a sua economia. Cerca de 85% do seu comércio exterior era com esses países ⁷. Não bastasse a extinção do seu marco de integração econômica, agora os efeitos do Bloqueio econômico norte-americano poderiam ser sentidos, uma vez que Cuba não poderia recorrer aos antigos parceiros.

⁶ Em 1989, o General Arnaldo Ochoa, herói da guerra em Angola, foi acusado de crimes por corrupção e tráfico de drogas juntamente com outros altos funcionários cubanos. Seu processo culminou em fuzilamento.

⁷ Extraído de Cano (2000).

Segundo Valdés Paz (2005), a hecatombe que se abatera sobre a economia cubana adquirira dimensões caóticas. Estas se expressaram na queda vertiginosa da capacidade de importação que chegou a 70% entre 1989-92; na diminuição brusca das receitas do açúcar – à época o principal produto gerador de receita para Cuba: de 4,3 bilhões de dólares em 1990 para 757 milhões em 1993. No período de 1989-93, as importações de petróleo foram drasticamente diminuídas em 60%. Além disso, o consumo privado caíra 40%. O PIB em franco decréscimo cairia: -2,9% em 1990; -10% em 1991; -11,6% em 1992; -14,9% em 1993⁸. Segundo o sociólogo cubano Dilla (2007), esses números revelariam a incapacidade do sistema econômico em assegurar a sua simples reprodução quando o apoio e a ajuda internacional se extinguíram.

Muito além dos trágicos índices, os efeitos gerados pela crise econômica na sociedade cubana foram implacáveis. Inicialmente o governo buscou distribuir “igualmente” os custos do abalo econômico e priorizou o suprimento mínimo - diante da escassez - de combustíveis e alimentos. Para tal, um racionamento austero e generalizado foi implementado, limitando a oferta e subsidiando os preços, abarcando quase todos os produtos e serviços (CARRANZA, 2002). Entretanto, estes eram insuficientes, colocando o país à beira da paralisação energética (os apagões eram frequentes) e disseminando a subnutrição desconhecida em Cuba por gerações (GOTT, 2006). Estas condições marcariam o que o governo chamou de “Período Especial em Tempos de Paz” em alusão ao plano de sobrevivência preparado durante a guerra-fria (“Período Especial em Tempos de Guerra”) na hipótese de estourar uma guerra entre EUA e URSS em que, possivelmente, Cuba estaria sob bloqueio total (WILKINSON, 2008).

As reformas iniciais contemplaram uma relativa abertura econômica – sendo que a estratégia principal foi incentivar o investimento estrangeiro no setor turístico -, porém mantida a predominância da propriedade estatal. Para fazer frente aos efeitos da crise, o governo cubano foi obrigado a implementar, de forma gradual, outras medidas das quais destacamos até 1993: abertura significativa ao capital estrangeiro; entrega em uso-fruto de terras estatais a cooperativas e famílias; criação de um mercado para os produtos agropecuários; legalização da posse de divisas pelos cubanos (dolarização da economia) e das remessas de familiares residentes fora do país; substituição da estratégia econômica açucareira em favor de setores chave para captação de divisas: turismo, biotecnologia, exploração do níquel e petróleo, e, conseqüentemente, o estímulo ao

⁸ Dados retirados de GOTT (2006)

trabalho nestas atividades; aumento das autorizações de “trabalho por conta própria”; reestruturação e redução do aparato administrativo estatal; descentralização da tomada de decisões econômicas nas empresas e aumento da distribuição através do mercado (ESPINA, 2008).

Não obstante, a crise econômica paralisou o desenvolvimento cubano, destruiu parte do seu capital social, gerou desorganização e sofrimento humano (VALDÉS PAZ, 2005). Os primeiros anos do “período especial”, realmente foram desesperadores para a população, na medida em que instituiu a batalha cotidiana pela sobrevivência material (os artigos de primeira necessidade tornaram-se escassos). A carência energética do país era tamanha que chegou a paralisar fábricas e inviabilizar o sistema de transportes dependentes de petróleo, que passou a operar em proporções mínimas. A contrapartida para que o país não paralisasse totalmente foi a generalização da opção pela tração animal e humana. Além disso, a deterioração da infraestrutura econômica e dos serviços refletiu na decadência do nível de vida.

A falta de oferta na rede de comercialização estatal gerou um grande crescimento do mercado informal (“mercado negro”) -, ao qual a população recorria frequentemente, sobretudo para complementar a cesta básica em geral, em especial os alimentos. Por outro lado, os fortes desequilíbrios macroeconômicos levaram a uma crise cambial extrema, verificada pela grande desvalorização da moeda cubana frente ao dólar, chegando a uma estimativa de cotação em fins de 1993 de até 150 pesos para um dólar. Ademais, a manutenção dos salários frente à vertiginosa queda de produtividade levou a uma crise de superliquidez, intensificando as pressões inflacionárias já que a oferta era insuficiente (CARRANZA, 2002).

Diante desse cenário, em 1993, a despenalização da posse do dólar foi inevitável. Esta medida criou dois setores na economia, por sua vez, operando em dinâmicas e moedas diferentes (área peso; área dólar). Seus efeitos negativos sobre o sistema de incentivo ao trabalho e à produção, bem como aos preços internos tornariam a dupla circulação monetária: um dos mais graves problemas econômicos do país. Ou seja, isso acabou gerando uma espécie de desestímulo ao trabalho formal para obtenção de rendimentos já que este operava em moeda nacional desvalorizada, e, conseqüentemente, parte da população se lançou no mercado negro (consumidores e vendedores) cujas possibilidades de obtenção de moeda forte eram maiores, funcionando inclusive como principal fonte de renda (CARRANZA, 2002).

As consequências negativas de uma economia com dupla circulação monetária se intensificou à medida em que a expansão do turismo e as remessas estrangeiras se tornaram importantes componentes da reestruturação econômica e da obtenção de divisas por Cuba. Assim, configurou-se uma profunda cisão na sociedade cubana entre os que têm acesso a moeda forte (principalmente setor turístico, mercado negro e remessas do exterior) e os que não têm, portanto, tornando-se um forte instrumento de desigualdade de renda e de níveis de consumo. Neste sentido, Gott ressaltou o efeito danoso da reintrodução do dólar sobre o consenso político que sustentava o sistema cubano: “o retorno do dólar foi um sério golpe no orgulho revolucionário” (GOTT, 2006, p. 327). Em outras palavras, a ética igualitária que era um proclamado orgulho da Revolução ficaria seriamente comprometida em vista da crescente desigualdade que passou a vigorar.

Em meio à crise econômica, modificações no sistema político também teriam lugar, visto que a rigidez político-ideológica anterior não se sustentava diante das transformações dos novos tempos e uma vez que a economia não legitimava a superestrutura política. Muito embora não estivesse em questão o seu elemento essencial, ou seja, o PCC como órgão dirigente máximo do Estado e da sociedade, as reformas procuraram gerar mais participação e representatividade. Isto é, deveriam canalizar institucionalmente demandas ou possíveis insatisfações, e com isso obter maior legitimidade. Por outro lado, elas procuraram ressaltar as raízes nacionais da Revolução e seu sistema social, recorrendo com frequência ao legado de José Martí ⁹, possivelmente com o objetivo de contrapor qualquer ideia de que seu sistema fora uma imposição externa, como havia ocorrido nos países ex-socialistas da Europa oriental.

Neste sentido, modificações políticas mais específicas e conceituais orientaram a reforma constitucional em 1992. O Estado cubano deixou de ser uma expressão classista da *ditadura do proletariado* para agir em nome dos trabalhadores e do povo cubano. Ademais, excluiu a doutrina oficial ateuista para tornar-se um Estado laico. O PCC também modifica sua concepção classista para tornar-se a vanguarda organizada da nação cubana, além de abrir suas filas aos militantes que professam crença religiosa. A “abertura religiosa” destas instituições acabou por evidenciar a tensão que existiu nos países que adotaram o modelo socialista soviético, no qual a ideologia oficial tentara subjugar, sem sucesso, as crenças religiosas. Embora o regime cubano não tenha um histórico

⁹ Intelectual e mártir da independência cubana. Foi morto em campo de batalha contra a Espanha em 1895.

de sérios conflitos com os setores religiosos, esta tensão não deixou de existir. Por fim, a modificação mais relevante foi a aprovação de eleição direta (secreta e universal) para a composição das Assembleias provinciais e nacional (parlamento).

Nacionalismo e a sobrevivência do regime

Embora as reformas tivessem alcançado um relativo êxito ao conter os efeitos mais duros da crise, só a partir de 1994, que a economia cubana conseguiu frear a queda-livre que vinha sofrendo desde então, sustentando, a partir daí, uma lenta recuperação que não surtia muito efeito no nível de vida da população. Somente no final dos anos 90, com a ascensão de Hugo Chávez à presidência da Venezuela, com seus importantes subsídios a Cuba, e posteriormente, com o aumento da cooperação com a China, é que a economia cubana conseguiu assegurar uma ligeira melhora nos padrões de consumo. Ou seja, mesmo com as reformas, os cubanos tiveram que suportar o peso da crise praticamente durante toda década. Em vista deste cenário mais geral, Valdés Paz (2005) afirmou que havia favoráveis tendências a um déficit de governabilidade, tais como: conjuntura internacional adversa, crise econômica e seus efeitos sociais, queda do consenso e insatisfação de demandas. Realmente a conjuntura era desanimadora, o próprio Chomsky (1992) cogitara os piores cenários para a Revolução Cubana. Por exemplo, Bandeira (2009) chegou a afirmar que a perspectiva de Cuba em meados daquela década era sombria.

No entanto, as previsões catastróficas não se confirmaram e o governo de Fidel Castro, para a surpresa de muitos, conseguiu sobreviver. Em uma comparação com a Alemanha Oriental, Bandeira (2009) aponta que este foi o Estado do antigo bloco socialista no qual a população alcançou maior padrão de vida dentre aqueles países. Entretanto, desapareceu no fim dos anos 80 porque a população rechaçou aquele modelo societário que só pôde subsistir com a ajuda do Muro de Berlin e apoio das tropas soviéticas. Cuba, que nunca chegou a alcançar semelhante padrão de vida – pelo contrário, passou por inúmeras privações -, resistiu às turbulências, ancorada no apoio da maioria de sua população, inclusive disposta a defender o regime em caso de intervenção estrangeira

A explicação, pois, estaria ligada a um consenso nacionalista majoritário na população (incluindo setores que não são simpáticos ao regime), que por sua vez associa a manutenção do regime à soberania e à independência nacional, tendo em vista as pressões por mudanças vindas dos EUA. Este nacionalismo, profundamente enraizado na cultura política

cubana, foi um forte componente que desencadeou a revolução em 1959 e, posteriormente, tornou-se um importante valor disseminado por ela, cuja mescla aos princípios socialistas (em especial à igualdade) veio dar substância ao ideal da unidade nacional – um dos pilares da Revolução. Com efeito, o nacionalismo tem se mostrado como o principal elemento aglutinador do apoio popular ao regime, mesmo sob as mais difíceis condições. Por sua vez, o governo cubano tem buscado encarnar estes valores, afirmando-se como o único capaz de “defender a pátria” e manter as conquistas do socialismo, especialmente, as políticas igualitárias, o acesso gratuito e universal aos sistemas de saúde e educação e os indicadores sociais. Esses, mesmo sob forte impacto da crise econômica e comparativamente à América Latina, são considerados um êxito do regime.

Por um lado, o nacionalismo está associado à longa história de lutas do povo cubano para constituir-se uma nação independente e soberana, em um primeiro momento frente à Espanha e depois contra a dominação neocolonial dos EUA (FERNANDES, 2007). A própria Revolução Cubana em 1959 é expressão deste anseio. Por outro lado, possui uma nítida marca antiimperialista alimentada pela hostilidade norte-americana que após o triunfo da revolução, ainda que tenha adotado diferentes estratégias, nunca abandonou as tentativas de derrubar o governo de Fidel Castro e influenciar o destino de Cuba. Em outras palavras, qualquer tentativa de ingerência estrangeira nos rumos do país é decididamente rechaçada pela maioria dos cubanos, uma vez que um passado de domínio e ocupações pelos EUA ainda permanecem na memória coletiva¹⁰.

Mesmo depois do desaparecimento da URSS e da retirada de todos os subsídios que eram transferidos a Cuba, os EUA - longe de aliviarem a tensão sobre a ilha -, prosseguiram com uma política de confrontação. Bandeira (2009) defende que este antagonismo dos EUA tem conferido o apoio de amplas parcelas da população à figura de Fidel Castro assim como à manutenção daquele regime, ainda que pesem todas as dificuldades e carências. Ao passo que a liderança carismática de Fidel Castro, máxima expressão do discurso nacionalista, conseguiu articular a sua legitimidade histórica¹¹ com a defesa do regime revolucionário pela maioria da população. Certamente, o peso de sua presença a frente do governo desempenhou importante papel para evitar a derrocada do regime.

¹⁰ A base norte-americana na cidade de Guantánamo permanece como lembrança do período da influência norte-americana; foi instituída após a desocupação das tropas dos EUA no processo de independência frente à Espanha, culminando na fundação da República de Cuba em 1902.

¹¹ O regime revolucionário em Cuba tem um componente geracional muito forte, ou seja, a geração histórica – que fez a revolução – ainda goza de amplo prestígio social.

O historiador Thomas Skidmore colocou Cuba, acertadamente, como o “estudo clássico do fenômeno nacionalista”. Apesar dos aspectos autoritários do regime que a revolução havia instituído, a população podia ver que a “real atração daquele regime era nacionalista”, o que de fato a invasão da Baía dos Porcos¹² em 1961 contribuiu decisivamente (BANDEIRA, 2009, p. 34). Especialmente, após o triunfo da revolução, as agressões e as permanentes ameaças de invasão estadunidense constituíram-se um fator determinante para as decisões políticas internas e externas da liderança revolucionária. Com efeito, Bandeira (2009) assinala que os EUA não deixaram outra opção aos líderes cubanos senão aquela que se identificou fortemente com o modelo do socialismo soviético. A institucionalização de um regime, segundo os moldes do *socialismo real* foi uma contingência histórica que resultou de uma política não da URSS, mas dos EUA, principalmente ao desrespeitar os princípios da soberania nacional e autodeterminação dos povos. Desta forma, quando ruuiu o *socialismo real* a partir da virada para os anos 90, Fidel Castro pôde jogar a carta nacionalista enquanto fonte exitosa de legitimação do regime (BANDEIRA, 2009). Embora Cuba tenha assimilado a influência soviética – notadamente nos anos 70 –, o seu regime político, de fato, emergiu da Revolução Cubana e, portanto, está intimamente ligado à história nacional. Foi exatamente esta ideia que as reformulações políticas à constituição de 1992 procuraram enfatizar.

Verificou-se na grande maioria do povo cubano a convicção de que o regime – apesar dos erros e imperfeições – continuaria sendo uma pré-condição para que se preservassem as conquistas dos últimos 30 anos e solucionasse de modo menos traumático a atual crise. Embora este respaldo fosse acompanhado por uma expectativa de mudanças – por exemplo, das condições econômicas ou maior autonomia da sociedade civil frente ao PCC –, manter-se com a Revolução era o mesmo que assegurar a manutenção da independência nacional, das conquistas e proteção sociais (SUÁREZ, 1992). Em uma palavra, isto poderia ser considerado uma expressão do que Pickel (1998) chamou de fusão do nacionalismo com o socialismo no qual a manutenção do regime passaria pela ideia de autodeterminação nacional e de que o próprio regime reuniria as melhores condições de assegurar as conquistas igualitárias e democráticas, além de reformar o sistema. A maioria da população acreditou que uma queda súbita do regime não melhoraria efetivamente aquela situação. Pelo contrário, acreditava que aquilo poderia assumir outras dimensões ou

¹² Em 1961 contra-revolucionários financiados e apoiados pelos EUA tentaram invadir o território cubano e derrubar o governo de Fidel Castro. A tentativa culminou num grande fracasso, sendo derrotada em poucos dias.

agravar-se, uma vez que o revanchismo de parcelas dos exilados de Miami, ansiosos por recuperar os seus privilégios, poderia até desencadear uma guerra civil e devastar o país (BANDEIRA, 2009).

As reformas implementadas nos anos 90 tiveram um objetivo central, isto é, evitar que desmoronasse o regime político. Não foi à toa que lema do IV Congresso do PCC foi: “Salvar a Pátria, A Revolução e o Socialismo”. A condução da crise pelo governo cubano deu mostras de que ele tentara distribuir os seus custos de forma mais equitativa, amparado em um severo racionamento e uma política social que visou suprir basicamente os mais afetados. Além disso, diante das reformas econômicas mais sensíveis, recorreu-se a discussão popular prévia nos centros de trabalho¹³ numa tentativa de angariar apoio e comprometer a população com aquelas reformas (GOTT, 2006). Sem dúvida, estas medidas, num primeiro momento, foram fundamentais para conter uma possível explosão social em consequência da elevação do descontentamento.

Para concluir, poderíamos afirmar que a resistência cubana nos anos 90 foi travada em duas frentes: a primeira, diante do assédio dos EUA por modificar o seu regime político; a segunda, e mais difícil, por reformar o sistema socialista e manter as conquistas sociais sem aderir às políticas neoliberais, então hegemônicas na América Latina. Fidel Castro permaneceu, obstinadamente, à frente do governo cubano e apesar de uma relativa liberalização econômica, a maioria dos meios de produção continuou sob controle estatal e os sistemas de saúde e educação universais e gratuitos (não obstante a sua deterioração). As reformas foram implementadas, segundo o governo cubano, para preservar o socialismo. E, embora o discurso socialista tenha perdido espaço durante os anos 90, a direção da Revolução seguiu falando em seu nome. Porém, é certo que estas reformas significaram um gradativo desmonte do modelo socialista soviético (ainda que alguns de seus traços continuem a existir em Cuba), ao mesmo tempo, contudo, não conduziu a uma típica liberalização desenfreada rumo à economia de mercado e à democracia liberal.

Na bibliografia, a discussão sobre o socialismo em Cuba é mais complexa e uma dessas dificuldades reside, justamente, em conceituar o rumo das transformações dos anos 90. Enfim, é importante observar que o regime político sobreviveu, em parte reformado, a um custo social e político altíssimo. O “período especial” certamente deixou muitas sequelas na sociedade cubana, colocando em questão a orientação socialista do regime.

¹³ Este processo ficou conhecido como *Parlamentos Obreros* realizados em inícios de 1994.

Referências bibliográficas

AYERBE, Luis Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: a revolução cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2009.

CANO, Wilson. Cuba: a resistência de uma nação. In: *Soberania e Política econômica na América Latina*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

CARRANZA, J. *Cuba: situación actual y proceso de cambio*. Buenos Aires: Revista Nueva Sociedad, n. 108, 1990.

_____. La economía cubana: balance breve de uma década crítica. In: La Habana: *Revista Temas*, n. 30, 2002.

CHOMSKY, Noam. Fussed about Cuba. In: CHOMSKY, Noam. *Interviewed by Heinz Dieterich (1985-1998)*. In: < <http://www.chomsky.info/> >. Acesso em: 06 set. 2010.

DILLA, Haroldo. Cuba: ¿Transición o continuidad? Buenos Aires: *Revista Herramienta*, n. 35, 2007.

DOMINGUES, José Maurício. A revolução cubana entre o passado e o futuro. In: Rio de Janeiro: *Revista Análise de Conjuntura*, n. 3, 2008.

ESPINA, Mayra. Viejas y nuevas desigualdades en Cuba. Buenos Aires: *Revista Nueva Sociedad*, n. 216, 2008.

FERNADES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2006.

HERNANDEZ, Rafael. *Mirar a Cuba*. La Habana: Editorial Letras Cubanas, 1999.

PICKEL, Andreas. Is Cuba different? Regime stability, social change and the problem of reform strategy. In: *Communist and post-communist studies*, v. 31, 1998.

SALAZAR, Luis Suárez. La “crisis cubana”. Un análisis desde La Habana. Buenos Aires: *Revista Nueva Sociedad*, n. 121, 1992.

STABLE, Marifeli Perez. *La revolución cubana*. Madrid: Editorial Colibri, 1998.

VALDÉS PAZ, Juan. Cuba en el periodo especial: de la igualdad a la equidad. In: *Cambios en la sociedad cubana desde los noventa*. Washington: Woodrow Wilson Center International for Schollars, 2005.

WILKINSON, Stephen. Do Período Especial à ascensão de Raúl. São Paulo: *Biblioteca virtual do Le Monde Diplomatique Brasil*, jul. 2008. Disponível em: < <http://diplomatie.uol.com.br/> >. Acesso em 05 ago. 2010.